

A. I. Nº - 09257373/02
AUTUADO - M. S. CARVALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - I F M T – D A T / METRO
INTERNET - 31.03.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0087-02/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. O tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo, por isso, é devido o imposto por antecipação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 24/09/2002, refere-se à exigência de R\$256,73 de imposto, mais multa, tendo em vista que foi constatada a falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição da fronteira, referente as aquisições interestaduais de mercadorias, através da Nota Fiscal de número 0089015, por contribuinte com inscrição estadual cancelada.

O autuado alegou em sua defesa que a empresa foi cancelada inadequadamente, considerando que em 13/06/2002 compareceu à Inspetoria Fiscal para atender intimação referente à entrega de DMA e DME, e a intimação foi recebida por fax porque no momento da visita o estabelecimento encontrava-se fechado, e no contato realizado foi explicado que a empresa não estava fechada. O defendente alegou que ficou tranquilo, achando que a situação estava resolvida, e em 23/06/2002 recebeu uma certidão negativa. Disse que sempre que a fiscal visitava o local, a funcionária não era encontrada porque a mesma estava cumprindo aviso prévio e resolvendo problemas de saúde, por isso, não tinha horário de trabalho regular, considerando ainda, que o nível de vendas do Shopping estava muito baixo, o que permitia autorizar à funcionária trabalhar no horário de maior pique de venda. O autuado ressaltou que se encontra em situação econômica bastante difícil, mudou de endereço para reduzir custos, já efetuou o pagamento da mercadoria e não pode comercializar, por isso, solicita isenção da multa, ressaltando que já requereu a reinclusão, e está aguardando parecer.

O autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, dizendo que na data da apreensão das mercadorias o autuado encontrava-se com sua inscrição estadual cancelada, o que ocorreu desde 02/08/2002, e o cancelamento teve como motivo o inciso I, do art. 171, do RICMS/97, que se refere à não localização do contribuinte, apurada por diligência realizada por fiscal da Inspetoria Fazendária da circunscrição do contribuinte. Ressaltou que se o autuado sustenta que o cancelamento foi indevido, deveria solicitar à Inspetoria que promoveu a exclusão de sua inscrição para efetuar a reinclusão, conforme estabelece o art. 174 do RICMS-BA.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, contata-se que as mercadorias foram apreendidas porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário encontrava-se cancelada.

Observo que as mercadorias têm como remetente empresa situada no Estado do Ceará, estavam acobertadas pela Nota Fiscal de número 00089015, fl. 06, e se destinavam ao autuado, cuja inscrição estadual efetivamente encontrava-se cancelada na data de lavratura do Auto de Infração, conforme Informações Cadastrais do Contribuinte às fls. 07 e 10 do PAF, constando que o cancelamento ocorreu através do Edital 522016/2002, datado de 30/07/2002.

O cancelamento da inscrição estadual do contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Por isso, o tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo. Assim, a legislação estabelece que no primeiro posto fiscal de fronteira deveria o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

O art. 125, inciso II, “a”, do RICMS/97, ao tratar dos prazos e momentos para recolhimento do ICMS por antecipação, estabelece que o imposto será recolhido pelo próprio contribuinte ou pelo responsável, na entrada no território deste Estado, de mercadorias destinadas a ambulantes, enquadradas no regime de substituição tributária, ou a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo.

Vale ressaltar ainda, que o art. 426 do RICMS/97, também estabelece que nas operações a serem realizadas no território deste Estado, com mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, destinadas a contribuinte não inscrito, ou sem destinatário certo, o imposto sobre o valor acrescido será recolhido antecipadamente na primeira repartição fazendária por onde transitarem as mercadorias.

Quanto à alegação defensiva de que o cancelamento foi inadequado porque a empresa não se encontrava fechada, cabia ao autuado requerer a reinclusão de sua inscrição estadual antes de realizar quaisquer operações.

Assim, entendo que está caracterizada a infração apurada, sendo devido o imposto exigido, conforme demonstrativo de débito elaborado pelo autuante, fl. 09 dos autos, inexistindo previsão regulamentar quanto à isenção da multa pretendida pelo autuado nas razões de defesa.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 09257373/02** lavrado contra **M. S. CARVALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$256,73**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2003.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR